

CASA DAS EDUCANDAS OU RECOLHIMENTO DAS EDUCANDAS: INSTITUIÇÃO PARA MENINAS DESVALIDAS NO PARÁ, NO SÉCULO XIX

Celita Maria Paes de Sousa¹
Universidade Federal do Pará - UFPA

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa que investiga a história das instituições para meninas desvalidas no Pará. Tendo para isso delimitado o período que vai do início do século até meados do século XIX. A opção pelo limite temporal inicial nos oitocentos se justifica pelo momento da criação, em 1804, da primeira instituição para o acolhimento a meninas desvalidas, conhecida como Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas. O limite final, 1851, foi escolhido por coincidir com o período em que o Recolhimento das Educandas passa a ser instituído, oficialmente, como colégio de Nossa Senhora do Amparo, passando por nova regulamentação. A metodologia de pesquisa consistiu, num primeiro momento, de levantamento de material bibliográfico relativo ao período delimitado que abordasse a história da infância desvalida e também as instituições para meninas desvalidas no Pará. Fontes de estudo, primárias e secundárias foram pesquisadas na Biblioteca Arthur Vianna, na seção de Obras Raras, e no Arquivo Público do Pará. O maior tempo de trabalho de consulta foi dedicado à leitura e análise dos documentos oficiais do governo provincial. O estudo revela, antes de tudo, que as ações do poder público, relacionadas ao atendimento das necessidades de acolhimento para meninas desvalidas, foram insuficientes.

Palavras-chave: História das instituições educacionais. Infância desvalida. Pará. História da educação.

USE OF THE STUDENTS OR SHELTER OF THE STUDENTS: INSTITUTION FOR DISFAVORED GIRLS IN THE PARÁ (BRAZIL), IN THE XX CENTURY

ABSTRACT

The present work is part of a study that investigated the history of the institutions for disfavored girls from the current State of Pará (Brazil), considering the period starting in the beginning up to the middle of the XIX century. The temporal limits can be justified by the foundation of the first institution for caring disfavored girls, named Casa das Educandas [House of Students] or Recolhimento das Educandas [Shelter of Students], in 1804. The end of the period is marked by the official replacement of Shelter of Students by the colégio de Nossa Senhora do Amparo [school of the Holy Lady of the Aid], in 1851, responding to a new state rules. The methodology encompassed, initially, bibliography review related to the period considered, referring to the history of disfavored childhood and institutions for disfavored girls in the State of Pará. Primary and secondary sources were studied in the Sector of Rare Books and Documents of Arthur Vianna Library, and in the Public Archives of Pará. The study emphasis (and therefore the time consumed in the fieldwork) was placed on reading and analyzing official documents from the provincial government, and later State of Pará. The study indicates that the state response to the disfavored girls needs were insufficient.

Keywords: History of the educational. Disfavored childhood. Pará. History of education.

Introdução

A história do atendimento de meninas desvalidas, sejam pobres, órfãs ou abandonadas, desde o Brasil Colônia até o final do século XIX, demonstra que foram poucos os avanços e ações do poder público que se consolidaram em projetos em que elas fossem consideradas como sujeitos de direitos. No Pará, a Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas se constituiu como o primeiro espaço para atender meninas desvalidas no século XIX, com ingresso ocorrendo, aproximadamente, aos sete anos de idade. Nesse cenário, a história das instituições para desvalidas no Pará se insere, com sua trajetória peculiar, como um movimento social que ora apresenta influências religiosas, ora políticas, ora médico-higienistas, ora jurídicas.

O objetivo deste trabalho está voltado para a investigação da história da Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas, buscando analisar a organização e o funcionamento da instituição, as concepções adotadas sobre meninas desvalidas no seio da sociedade e nos discursos oficiais e, por último, a participação do poder público no atendimento de meninas desvalidas nessa instituição.

Optamos em dar destaque à leitura e análise dos documentos oficiais², priorizando, relatórios, mensagens, discursos, falas e exposições dos governos provinciais.

Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas

No início dos oitocentos surge o primeiro espaço para atender meninas desvalidas no Pará, em 1804, numa iniciativa de D. Manoel de Almeida Carvalho³, 7º bispo da diocese paraense, que, durante uma viagem pastoral ao interior do Pará, trouxe algumas meninas índias para Belém com a intenção de lhes oferecer educação condigna. Para esse fim, buscou formas de estabelecer um asilo para acolhê-las, encontrando nas esmolas dos fiéis o caminho para viabilizá-lo. Apesar das inúmeras dificuldades encontradas, mesmo assim conseguiu alugar uma casa na Rua do Açougue⁴, onde o instalou com a denominação, à época, de Recolhimento das Educandas⁵.

A iniciativa de D. Manoel pouco foi avaliada nos relatórios da província e, sempre quando abordada, aparece como uma louvável iniciativa caridosa. Do mesmo modo, nos registros de historiadores da época e de outros mais recentes, os elogios são frequentes, apontando o bispo como pioneiro na criação de instituição para meninas desvalidas. Não encontramos informações mais esclarecedoras dos motivos que levaram D. Manoel a trazer meninas índias para capital, por isso não sabemos se, além da caridade, outros motivos possam tê-lo levado a tal mobilização.

A situação do asilo eraprecária, jáque contava apenascominsuficientes 129\$000 réis para o seu sustento anual, referentes aos aluguéis de algumas casas do patrimônio da diocese e algumas contribuições de pessoas caridosas.

O primeiro auxílio do GovernoCentralparasuamantenção, no valor de 200\$000 réis, só aconteceu em 1824,dado por D. Pedro I, e considerado irrisórioparamanter o espaço. Compoucos recursos, as condições do asilo foram se degradando, tantoque, a partir de 1839, não atendia mais meninas indígenas, sendo substituídas por outras meninas órfãs e desvalidas não-índias. Houve, também, a inclusão das pensionistas que tinham o ônusdo pagamento de 25\$000 réis anuais, valor estabelecido para cobrir as despesas, tanto da instrução querecebiam,como as de suas subsistências. Nesse período, o asilo contava com o número de 18 meninas desvalidas e três pensionistas, com uma regente e mestra,

trêsserventes e três escravas, sendo a maioria das desvalidas sustentadas com a renda da casa e outra parte com a parcela do Tesouro Provincial.

É importante observar que todas essas dificuldades enfrentadas pelo Recolhimento no seu período inicial são condizentes com o contexto educacional da província no final dos setecentos e até os meados dos oitocentos.

A Coroa portuguesa, nesse período, enfrentava graves crises políticas quanto à manutenção da sua soberania. E, com a emancipação política do Brasil e os acontecimentos que antecederam a adesão do Pará à independência, os ânimos se acirraram ainda mais, desencadeando tensos embates políticos e militares. Acresça-se a isso, a radicalização partidária dos grupos que tinham diferentes projetos políticos, resultando, posteriormente, na eclosão do movimento da Cabanagem em 1835.

Esses embates, sem dúvida, se refletem no campo da educação, já bastante prejudicado pelo pouco caso da Coroa com as questões educacionais. Em se tratando do campo assistencial, a situação era ainda mais crítica, pois havia pouco interesse em organizar um plano para combate à pobreza e seus desdobramentos. Esse descaso da Coroa era também observado na maioria das províncias em terras brasileiras, conforme os registros das instituições para atender meninos e meninas desvalidas a partir do século XIX.

Na Vila de Macapá, em 1846, segundo documentos, grande número de crianças e adolescentes vivia no abandono, muitas perderam seus pais na epidemia do cólera em 1840, outras nos conflitos da Cabanagem dos anos anteriores e, junto a outras que viviam na miséria, ficavam sem educação ou qualquer cuidado. A carta do Juiz de Órfão da Vila de Macapá endereçada ao vice-presidente da província, João Maria de Moraes, relatando a situação acima, pedia com urgência acolhimento para esses indivíduos nas casas de atendimento a menores desvalidos. Em resposta, João Maria ponderou haver dificuldade para atender tal solicitação, devido à regulamentação estabelecida quanto à quantidade de vagas ofertadas pelas instituições de meninos e meninas desvalidas.

Analisando tal correspondência, verifica-se que o problema, a fim de atender crianças desvalidas, não era de fácil solução, pois todas as instituições tinham, em seus regulamentos, itens que limitavam o número de vagas. A necessidade de organizar e manter esses espaços com poucos recursos existentes era sempre uma tarefa desafiadora para o (a) administrador (a) das instituições. E a demanda de vagas, sem dúvida, era muito maior que a oferta.

Para os presidentes da Província paraense, essas preocupações tornaram-se cada vez mais prementes a partir do período pós-Cabanagem, devido à desorganização da produção e à destruição de núcleos familiares, com o aumento do número de órfãos, como ficou dito. Começam, então, a ser inauguradas instituições para atender meninos e meninas pobres, em estado de abandono e orfandade.

Ainda no que diz respeito ao campo da educação, Artur Vianna⁶ destaca a precariedade do ensino na província, mesmo no período que antecede à Cabanagem. Sendo que, mesmo com um novo regulamento aprovado pelo governador Francisco de Souza Coutinho em 1799, a oferta do ensino na capital era ainda precário, com apenas duas escolas primárias e três de humanidades e contando com 13 escolas elementares no interior. A isso se acrescia o problema de carência de professores, a ausência de melhor qualificação dos mesmos para o exercício da docência e, ainda, a falta de materiais de toda ordem.

Por outro lado, o desinteresse dos pais pelo ingresso de seus filhos na escola era alarmante, denunciado pelo governador, o conde de Villa-Flor, em 1818, quando ele alerta

para a situação deplorável, em virtude da apatia da população em relação ao ensino. Segundo Vianna:

Em notavel discurso, esboçou então perniciosos danos resultantes do desfalecimento do ensino publico, demonstrou o descuido imperdoável do país, deixando seus filhos imersos na ignorância, e terminou fazendo ver as vantagens a auferir com a instrução da mocidade, e declarando facultar o seu apoio a todos aquelles que desejassem cumprir o importante dever da educação dos filhos.⁷

Ainda em 1832, o mesmo autor continua a relatar em sua obra que os problemas com a educação se arrastavam na província, agravados em suas dificuldades pelos embates políticos já citados, ocasionando uma pequena oferta de vagas na capital. Eram apenas seis escolas primárias instituídas, porém, apenas duas em funcionamento efetivo, já que as demais não o faziam pela falta de professores.

Como vimos, as tensões políticas, a centralização dos poderes, a insatisfação social com descaso da Coroa para com mais pobres, acabaram trazendo duras consequências para a educação, tanto quanto para os demais setores da sociedade. Diante desse quadro, as instituições para atender a infância desvalida não teriam como deixar de atravessar, ao longo dos oitocentos, uma sequência de crises institucionais, principalmente, por falta de recursos. O Recolhimento das Educandas enfrentou problemas para se manter em funcionamento, mesmo contando com a subvenção do governo provincial e ainda passaria por vários períodos de instabilidade.

Em 1838, a Assembleia Legislativa provincial aprovou em lei orçamentária a verba de um conto de réis em favor do Recolhimento das Educandas. No ano seguinte, os legisladores definiram no orçamento uma verba de 1.501\$760 réis para as despesas, e, com a aprovação da lei nº42, de 14 de outubro de 1839, a província teria a obrigação de repassar ao estabelecimento a quantia anual de dois mil réis. Ao mesmo tempo, estabelecia em 25, o número limite de atendimento de meninas.

Apesar dos incentivos financeiros, as condições do asilo pouco melhoraram. Entre outros problemas, estavam os relacionados à organização da gestão, à infraestrutura e à ausência de regulamentação interna, situação esta, reconhecida pelo presidente da província, Dr. João Antônio de Miranda, que buscou meios para superá-la, inclusive tomando a iniciativa de dispor da contribuição de 50 mil réis do seu próprio dinheiro. Essa contribuição deu início a uma subscrição, que, ao final, arrecadou 1.758\$000 réis, tendo a União contribuído com mais 238\$000 réis.

Em função do repasse desses recursos, a situação do asilo melhorou bastante, o que permitiu que fosse alugada uma nova casa, simples e confortável, que contava com serviços gratuitos de um médico e de um farmacêutico. Nesse período, ainda de acordo, com determinação da portaria de 30 de maio de 1840, o Recolhimento das Educandas contaria, pela primeira vez, com um regulamento que introduziria, de forma bem clara, o funcionamento da instituição. O regulamento estabelecia normas para as questões administrativas e burocráticas; para aquelas referentes à rotina e ao currículo; e para questões de ordem moral e religiosa. O Recolhimento define melhor, com essa nova organização, suas atribuições no atendimento de meninas desvalidas e de pensionistas⁸.

O cotidiano na instituição após seu regulamento

É nessa atmosfera pós-Cabanagem, que surge no início da década de 1840 o primeiro regulamento que irá refletir o clima de controle e repressão estabelecido pelos poderes constituídos.

As medidas⁹ adotadas pelo foram, a saber: a) O Recolhimento permanece tendo a figura de um administrador do espaço e uma regente; b) O principal fim do Recolhimento é o sustento, a educação e instrução das órfãs e desvalidas; c) A formação incluirá a instrução primária, prendas domésticas e do lar (ensino de costura, bordado, renda) e outras similares; d) Serão admitidas na instituição as desvalidas encaminhadas por despacho do Governo e as órfãs que estejam sobre tutela das Câmaras municipais, e também as filhas de família por solicitação dos pais ou parentes, que pagarão uma mensalidade e serão denominadas de “pensionistas”; e) O governo é responsável pela definição da idade da desvalida para o ingresso na instituição, de modo que não ultrapasse os 14 anos; f) A Câmara Municipal deverá pagar oitenta mil réis anuais por cada desvalida sob sua responsabilidade e, no caso da “pensionista”, o responsável deverá dispor de 150 mil réis anuais.

O regulamento que definia rotinas internas do asilo também passou por algumas mudanças, com o estabelecimento de normas bem rígidas, tais como as questões relativas ao horário de acordar, definindo-o como sendo às cinco horas da manhã ao tocar do sino; horário para todas refeições; para o descanso; o lazer; as atividades manuais; o estudo; as orações; a higiene; questões relativas à disciplina e ao bom comportamento; regras de silêncio; a proibição de circulação das educandas nos corredores e fora do quarto, em determinados horários; de utilização do uniforme diariamente; de proibição às educandas de escrever e receber cartas, ou enviar recados; de proibição da entrada de qualquer pessoa no Recolhimento, inclusive a família ou parentes, exceto o médico e o capelão; o respeito que as educandas deveriam para com as suas superiores e pessoas mais velhas, não podendo falar palavras ofensivas e, quando repreendidas, ficar em silêncio; são proibidas de falar mal da instituição, de brigar entre si; os castigos serão legítimos, porém, nenhum deverá ser corporal e, em casos extremos, a educanda poderá ser expulsa da instituição por decisão do presidente da província.

E por último, o regulamento determinava que haveria um livro para os registros do Recolhimento, com as seguintes seções: identificação dos benfeitores e dos benefícios concedidos para instituição; anotações dos castigos aplicados nas educandas; a portaria do governo, em casos de expulsão; as visitas realizadas pelo presidente da província e seus acompanhantes, com a descrição dos elogios e críticas à instituição.

É importante refletir um pouco mais acerca do contexto de ideias e modelos estabelecidos na sociedade da província, no período em que foi aprovado esse regulamento, no intuito de compreendermos a origem do rigor da disciplina por ele instaurado. É que naquele momento o modelo de família e a representação de “boa mulher” correspondiam àquela dedicada ao lar e a ao marido. A mulher teria sua formação voltada para ser obediente e compreensiva, de acordo com os preceitos morais da época.

O controle não se dava só no campo da moral, mas também em relação ao controle do seu próprio corpo e de suas vontades. As meninas eram sistematicamente vigiadas em todas as suas atitudes e manifestações.

Apesar de o regulamento ter sido elaborado com a intenção de prenunciar avanços, o problema crucial permaneceria, ou seja, o do prédio inadequado para atender o número crescente de meninas, aliado aos recursos insuficientes para mantê-lo.

A instituição, em períodos posteriores, continuará enfrentando problemas, com críticas presentes a ela repetindo-se nos relatórios provinciais. As falas dos presidentes de província acusam, constantemente, sua insatisfação com a inadequação do prédio para

atender as educandas, e a necessidade de mais e maiores espaços para as atividades, entre outros problemas. O discurso de 1844, do presidente da província, Manoel Paranhos da Silva Velozo, revela essa urgência em resolvê-los:

(...) he indispensavel huma caza mais espaçosa em que as Educandas tenham sua células separadas. E que não estejam agglomeradas em duas, ou trez pouco espaçosas, como ora succede, e outros lugares para as diferentes aulas, refeição, recreio, e trabalho como montar a machina de fiar e tecer que já está comprada, e para outros misteres.¹⁰

Os sucessivos prédios onde se instala o Recolhimento padecem dos mesmos problemas de espaços dos anteriores, especialmente quanto à ventilação e às condições de higiene. A situação dos administradores para manter a ordem e o atendimento adequado da instituição não era uma tarefa fácil, já que, a todo o momento, aumentava o número de solicitações de vagas para meninas no asilo. De modo que, essa necessidade do aumento de números de vagas para desvalidas era também vista como fundamental:

Representa o Administrador, que correndo muitas infelizes meninasdesamparadas a baterem á porta daquella casa pedindo asilo, e protecção. É penozo o despedi-las, abandonando-as á sua miseravel sorte; e por isso pede, que o numero seja elevado a 80, embora a diária se redusa de 148 réis a 131. Eu também me commovo á vista da falta de meios de accudir a tantos entes desvalidos; mas a charidade bem entendida tem limites; e não é possivel soccorrer a todas.¹¹

Os relatórios apontavam, em alguns momentos, para os progressos alcançados pela instituição. Nas visitas feitas pelos presidentes da província sempre eram observados esses avanços, apesar da permanência dos problemas. Isso pode ser constatado no relatório de 1842, que indica avanços na educação e no bom aproveitamento das educandas, avaliando que as aulas de primeiras letras possibilitavam o aprendizado da leitura, escrita e noções de aritmética, além do acesso ao aprendizado de música e piano, e atividades de cozer, bordar e engomar. Toda essa formação ofertada aumentava a procura pelo asilo, porque era considerado um espaço privilegiado para meninas que não tinham meios de conseguir um futuro melhor, seja com o trabalho, ou como boa mãe e esposa para um pretendente.

As vantagens do asilo também eram observadas em alguns relatórios, mesmo para as meninas que não eram desvalidas. As famílias de posse também passavam a ver a instituição como um local que poderia proporcionar boa educação e formação cristã às suas filhas, haja vista as poucas opções de formação feminina na capital paraense:

Paes ou parentes, que as tem ali depositado não só por falta nesta Cidade de Estabelecimentos regulares, e comprehensivos de diversos ramos de ensino próprios das meninas como porque conhecem que ali se presta huma regular educação civil, moral e religioza, e se habituão ao trabalho, que não poucas vezes vem a ser de summa vantagem ás pessoas mesmo abastadas.¹²

Além da demanda por abrigo, outra questão evidenciada pelos administradores dizia respeito ao que fazer com aquelas desvalidas que atingiam a idade de 21 anos, não tinham família nem parentes, e nem haviam conseguido um marido. Sem dúvida era uma situação limite para os administradores, afinal, a misericórdia em alguns casos, falava mais

alto. Porém, a permanência delas era considerada injusta em relação às outras necessitadas, ainda crianças, que também precisavam de abrigo:

Julgo a propósito ponderar-vos sobre a necessidade, que ha de pensardes nos meios de dar destino ás educandas, que hajão completado a sua educação, e desenvolvimento phisico. Não tem esta casa o character de convento de freiras, seqüestradas ao mundo; ella é unicamente destinada a educação e charidade, e não á vida religiosa. O tempo corre, e se hoje temos 84 jovens interessantes, capazes de virem a ser boas mães de familia, a não se lhes dar destino, teremos d'aqui a mais alguns annos igual números de senhoras reclusas, e alguns annos ainda mais, só teremos mulheres idozas, vivendo insipidamente na clausura, e completamente inúteis, e o que é mais, servirão de embaraço a que se possa admittir outras infelizes necessitadas, que assim ficarão privadas de receber este beneficio da charidade provincial.¹³

Uma das saídas encontradas foi o aumento do número de dotes fornecido pela Câmara provincial, porém, essa possível solução não se tornou uma medida eficiente.

O dote foi uma das medidas regulamentadas para prevenir o futuro das meninas que tinham de sair ao completar 18 anos. Arranjar um marido e poder constituir uma família parecia ser o melhor caminho, pois a preocupação maior se encontrava na necessidade de arranjar alguém para ampará-las. Dessa forma, o casamento, dentro da concepção da época, representava a possibilidade de um futuro seguro. Além do dote, tinham direito a um pequeno enxoval que consistia em roupas de cama, mesa e algumas peças de roupas.

Porém, mesmo com a oferta do dote, essas meninas nem sempre encontravam um pretendente. No relatório de 1840, mais uma vez vê-se registrada medida tomada para aumentar o número de dotes fornecidos pela Câmara provincial, que passa de dois para cinco anuais, em média, com o valor também aumentado para 200\$000 réis. Mesmo assim, os administradores admitiam que isso não resolvia o problema, dado o ainda baixo valor do dote, o que dificultava a atração de possíveis pretendentes.

De certo modo, tal situação era desanimadora para as meninas e para instituição, sem contar que acarretava custos maiores para a manutenção da instituição, onerando o cofre provincial das Câmaras municipais pelo longo período de investimento, considerado ainda sem retorno, para sociedade e para nação. Outra opção além do casamento era o trabalho em casa de família, porém, nem todas tinham tal “sorte”.

Conclusão

É importante considerar o papel exercido pelo Recolhimento das Educandas que, durante longo período, foi a única casa de acolhimento para meninas desvalidas no Pará, tendo conseguido permanecer em funcionamento por um longo tempo, mesmo enfrentando problemas com os recursos minguados e com o pouco caso da Coroa. Além do que, teve de enfrentar sérias crises políticas que sacudiram a província.

Quanto aos números, podemos avaliar que cresceu a quantidade de meninas atendidas no período que vai de 1834 a 1849, especialmente daquelas cujas despesas eram pagas pelo cofre provincial.

De acordo com os dados levantados nos relatórios, observamos que, além do crescimento do número de educandas atendidas, outros aspectos devem ser considerados. Como, por exemplo, de que só a partir de 1839 os relatórios registram a matrícula na

instituição. Dado importante, se considerar que a instituição era única responsável na província pelo atendimento de meninas desvalidas. O Recolhimento das Educandas ganha espaço gradativo nos registros da província quando começa a receber auxílio do governo central em 1824.

O maior crescimento aparece após o conflito da Cabanagem, em especial, em 1844, atingindo o número de 93 educandas, bem acima da capacidade da instituição. Cabe destacar que a procura por uma vaga na instituição era demasiada, já que atendia meninas da cidade de Belém e de outras comarcas.

Outro dado que merece atenção é o aparecimento, em 1846, da categoria de menina desvalida, subsidiada pela casa, ou seja, aquelas que passavam da idade de permanência na instituição e acabavam sendo sustentadas com recursos das vendas dos trabalhos manuais confeccionados pelas desvalidas. O aparecimento nos relatórios dessa categoria só na década de quarenta representa a falta de coerência em relação aos documentos analisados, pois a grande maioria dos registros apontava o problema de moças acima da idade permitida para o estabelecimento. De tal forma, concluímos que os dados revelados não são de total confiança.

No período compreendido entre 1848 e 1849, segundo os documentos analisados, saíram 22 meninas da instituição e foram matriculadas seis no total, o que justifica a grande redução de educandas.

De posse dessas informações, podemos concluir que o Recolhimento das Educandas teve seu crescimento cerceado por vários fatores que podem ser explicados pela situação precária da província do Pará, já extensamente comentada aqui, como também, pela ausência de uma legislação mais vigorosa que tratasse de forma menos leviana da questão da infância desvalida.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.

ANDRADE, Paulo de Tarso. **Belém e suas histórias: de Veneza Paraense a Bell'Èpoque**. Belém: Kanga, 2007.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, original (1844), 1969.

BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1986.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

FILHO, Augusto Meira. **Contribuição à História de Belém**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

MARANHÃO, Haroldo (org.). **Pará, Capital: Belém: memórias & pessoas & coisas & loisas da cidade**. Belém: FUMBEL, 2000.

MONTEIRO, Benedicto. **História do Pará**. Belém: Delta/O Liberal, 2001.

NETO, José M. Bezerra. **As Luzes da civilização: Instrução Pública, e Asylos Católicos na Província do Pará (1870/1889)**. Monografia. (Especialização em Teoria Antropológica). Belém, UFPA, 1993.

PARÁ. **A Educação no Pará**: documentário. Belém: SEDUC, 1987.

_____. **Atos dos governadores**. Belém: Imprensa Oficial, 2002.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará**: Estudo de Geografia Urbana. Belém: UFPA, 1968.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Santa Úrsula, 1993.

_____. **O cidadão polido selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de doutorado (História Social). Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

_____. (org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil** (Cenas da Colônia, do Império e da República). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense**: notícias históricas (1650/1902). 2. ed. Belém: SECULT, 1992.

FONTES PRIMÁRIAS:

a) Impressos de textos legais¹⁴

PARÁ. **DISCURSO** recitado em 2 de março de 1838 na abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial, pelo Soares D'Andrea. Província do Pará: Impresso na Typografia Restaurada de Santos, 1838.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1839 na abertura da Assembleia Provincial, pelo Dr. Bernardo de Souza Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1839.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1840 na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, pelo Dr. João Antonio de Miranda. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1940.

_____. **DISCURSO** recitado em 14 de abril de 1841 na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, pelo Snr. Bernardo de Souza Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1941.

_____. **DISCURSO** recitado em 14 de abril de 1842 na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, pelo Snr. Bernardo de Souza Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1942.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1843 na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, pelo Snr. José Thomaz Henriques. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1943.

_____. **DISCURSO** recitadoem 15 de agosto de 1844 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial, pelo Snr. Desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1844.

_____. **DISCURSO** recitadoem 15 de agosto de 1845 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial, pelo Snr. vice-presidente João Maria de Moraes. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1845.

_____. **DISCURSO** recitadoem 15 de agosto de 1846 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial, pelo Snr. vice-presidente João Maria de Moraes. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1846.

_____. **DISCURSO** recitadoem 15 de agosto de 1847 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial, pelo Snr. vice-presidente João Maria de Moraes. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1847.

_____. **EXPOSIÇÃO** de 8 de abril de 1839 no ato de entrega que fez da Presidência o Exmo Marechal Francisco Joze de S. Soares de D'Andrea ao Exmo Dr. Bernardo de S. Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1839.

_____. **EXPOSIÇÃO** de 29 de maio de 1856 no ato de entrega que fez da Presidência o Exmo Sebastião de Rego Barros ao Exmo Dr. Henrique de Beaurepaire Rohau. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1856.

_____. **FALLA** dirigida em 1 de outubro de 1848 na abertura da sessão ordinária da sexta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, pelo Snr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1848.

_____. **FALLA** dirigida em 1 de outubro de 1849 na abertura da sessão ordinária da sexta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, pelo Snr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1849.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 01.08.1850 pelo presidente Jerônimo Francisco Coelho. Província do Pará, 1850.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 20.08.1852 pelo presidente José Joaquim Cunha. Província do Pará, 1852.

Notas

¹ Doutora em Educação: Currículo, PUC/SP, 2010; professora da Universidade Federal do Pará - UFPA; celtps@hotmail.com.

² D. Manuel de Almeida Carvalho, 7º bispo da diocese paraense. Assumiu o exercício das suas funções em 17 de junho de 1794, faleceu a 30 de junho de 1818, e foi sepultado na Catedral, próximo ao trono. Foi reconhecido pela sua caridade e a preocupação com os pobres e desvalidos.

³ D. Manuel de Almeida Carvalho, 7º bispo da diocese paraense. Assumiu o exercício das suas funções em 17 de junho de 1794, faleceu a 30 de junho de 1818, e foi sepultado na Catedral, próximo ao trono. Foi reconhecido pela sua caridade e a preocupação com os pobres e desvalidos.

⁴ Tudo indica que segundo fontes pesquisadas que a Rua do Açougue estivesse localizada, no atual, Bairro do Arsenal em Belém.

⁵ Além da terminologia “Recolhimento das Educandas” foi também utilizada a de Casa das Educandas, bastante recorrente nos relatórios de província. Em alguns escritos da época, usualmente, utilizava-se o termo Asilo.

⁶ Cf. VIANNA, Arthur. Esboço Retrospectivo da Instrução Pública no Pará. Publicado, originalmente, na revista oficial de ensino em 03/05/1900. Reproduzido no livro editado pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), em 1987.

⁷ Cf. Arthur Vianna Op. cit.

⁸ As **pensionistas** de que trata o relatório diz respeito às meninas que não são desvalidas, mas a quem os pais resolveram colocar no asilo, tendo a responsabilidade de pagamento. Porém, em outros relatórios mais à frente, o termo pensionista será utilizado para indicar as desvalidas subvencionadas pelo cofre provincial ou pela câmara provincial, e as meninas de famílias serão classificadas como **porcionistas**, porém, a expressão pensionista particular (para aquela subvencionada pela família ou tutor) continuará aparecendo em alguns relatórios. Outras definições de categorias de meninas surgiram nos relatórios, de modo, que as iremos esclarecer no decorrer do nosso trabalho.

⁹ Tais medidas regulamentadas foram apresentadas no **discurso** recitado pelo exmo. Sr. Doutor João Antonio de Miranda, presidente da província do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840.

¹⁰ Relatório da Província do Pará (RPPA), 1844, p. 32.

¹¹ FALLA, do presidente da província, 1848, p. 67.

¹² DISCURSO, 1844, p. 32.

¹³ FALLA, do presidente da província, 1848, p.68.

¹⁴ Os Discursos, Relatórios, Mensagens, Falas e Exposições, do período de 1830 até 1930 da Província do Pará estão todos microfilmados e disponíveis na Universidade de Chicago, no site WWW.crl.edu/content/Brazil/Para.HTM

Recebido em: 4/09/2011

Aprovado em: 15/09/2011